



União das Freguesias de Coimbra - Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu

*de
Almedina
São Bartolomeu*

Assembleia de Freguesia da

União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu

Ata n.º 8/2018

Aos **vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito**, pelas vinte e uma horas e dez, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em **sessão ordinária**, no salão do Centro Social e Paroquial da Pedrulha, sito no Lote C da Travessa de São Simão, nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 14º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dando cumprimento ao artigo 11º do mesmo diploma, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia.

1.1. Apreciação e votação das atas das três sessões anteriores.

1.2. Leitura do expediente e informações/ esclarecimentos à Assembleia.

1.3. Assuntos gerais diversos de interesse autárquico com carácter urgente.

2. Apresentação, discussão e votação do início dos procedimentos administrativo-legais aplicáveis a cada uma das lojas do Mercado do Calhabé, conforme estão previstos no Regulamento Municipal de Mercados Municipais do Concelho de Coimbra.

3. Primeira reunião da Comissão da Assembleia de Diagnóstico e Ação Social.

3.1. Informações sobre a reunião da Comissão.

3.2. Composição da Comissão.

3.3. Eleição do Coordenador da Comissão.

3.4. Período de vigência da Comissão e periodicidade dos documentos emitidos.

4. Primeira reunião da Comissão da Assembleia sobre Comércio Local e Outras Atividades Económicas de Relevância na União.

4.1. Informações sobre a reunião da Comissão.

4.2. Eleição do Coordenador da Comissão.

4.3. Período de vigência da Comissão e periodicidade dos documentos emitidos.

5. Discussão e aprovação do protocolo com a Fundação Portuguesa de Cardiologia/Delegação de Centro.

6. Discussão e aprovação do protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra - ESEnfC.

7. Discussão e aprovação do protocolo com o Banco de Livros Escolares de Coimbra – BLEC

8. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da atividade desta, bem como da situação financeira atual da União.

9. Outros assuntos de interesse à União de Freguesias, a serem suscitados pelos membros da Assembleia.

10. Período de intervenção do público.

União das Freguesias de Coimbra - Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu

Sede: Bairro Sousa Pinto, n.º 37 | 3000-393 Coimbra PORTUGAL | e-mail: ufcoimbra@gmail.com

Delegações: **Santa Cruz** | Rua Padre Estevão Cabral, Edifício Fernão Magalhães n.º 79 - 1.ª sala 101, 3000-317 Coimbra | Rua do Cemitério, Pedrulha, 3020-304 Coimbra

Almedina | Rua Fernandes Tomás n.º 82, 3000-167 Coimbra

São Bartolomeu | Av. Fernão de Magalhães n.º 63, 3000-175 Coimbra

Ass.
Abreu
R

45 Estiveram presentes os Srs./as deputados/as à Assembleia de Freguesias (com as respetivas
46 assinaturas nas folhas de presença):

47
48 - Jovino Augusto Armada Lourenço da Chão, Maria do Carmo de Sousa Ferreira, Manuel
49 Barata de Tovar Portela Vieira e Hugo António Valente Abreu (PPD/PSD);

50
51 - Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões, 1.ª Secretária da Mesa de Assembleia (CDS-PP);

52
53 - Apolino Manuel dos Santos Pereira, Nuno Miguel Marques de Sousa, Ricardo José dos Reis
54 Barata e António Virgílio Mendes, em substituição de Carla Alexandra Ribeiro da Silva
55 Azevedo de Freitas (PS)

56
57 - Afonso Miguel de Freitas Tavares Madeira, Presidente da Mesa de Assembleia, e Mariana
58 Alexandra Miranda Ribeiro, 2.ª Secretário da Mesa da Assembleia (Grupo de Cidadãos
59 Eleitores "Somos Coimbra");

60
61 - Maria Helena Dias Loureiro (Grupo de Cidadãos Eleitores "Cidadãos por Coimbra");

62
63 - Isabel Cristina da Cruz Mota de Oliveira, em substituição de Gonçalo José Mourão de
64 Almeida (CDU – Coligação Democrática Unitária).

65
66 Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de
67 Lencastre Campos (Presidente da Junta), Carlos Rogério Antunes Pinto (Secretário), Américo
68 Alves Petim (Tesoureiro), Manuel Fernando dos Santos Lobão (1.º Vogal) e Hélder Rodrigues
69 Abreu (2.º Vogal).

70
71 O Presidente da Assembleia abriu a sessão agradecendo aos órgãos sociais do Centro Social e
72 Paroquial da Pedrulha a possibilidade de se realizar a sessão naquele espaço. Referiu ainda que
73 a escolha do local não foi feita ao acaso, visto que esta é uma área geográfica com uma
74 população dinâmica e que contribui muito para os sucessos da União das Freguesias de Coimbra
75 (UFC).

76 Seguidamente, o Presidente da Assembleia referiu que houve duas substituições, uma na CDU-
77 Coligação Democrática Unitária (**Anexos 1 e 2**) e outra no Partido Socialista (**Anexo 3**).

78 Ainda dentro do **Ponto 1 (Período antes da Ordem do Dia)**, o Presidente da Mesa explicou
79 aos presentes como se processa a gestão do uso da palavra nas sessões da Assembleia,
80 salientando que há um momento previsto para que o público se possa pronunciar.

81 Cedida a palavra ao deputado Jovino da Chão, este questionou o motivo pelo qual o deputado
82 Gonçalo Almeida pediu substituição.

83 O Presidente da Assembleia de Freguesia leu o pedido de substituição mas sem que neste se
84 encontrasse expresso o motivo da sua ausência.

85 O deputado Jovino da Chão distinguiu entre renúncia a um mandato e substituição temporária,
86 defendendo que não é necessária justificação na primeira mas na segunda é.

87 Ante a intenção do Presidente da Mesa de dar imediatamente a palavra ao Presidente da Junta, a
88 deputada Maria Helena Loureiro interveio para manifestar surpresa pelo que considerou ser um
89 desrespeito da sequência da ordem de trabalhos presente na convocatória.

90 O Presidente da Assembleia respondeu que a sequência da Ordem de Trabalhos pode ser
91 alterada, já tendo mesmo acontecido em anteriores ocasiões.

Ass.
Almeida

Q

92 A deputada Maria Helena Loureiro pediu para ficar registado que o Movimento Cidadãos por
93 Coimbra (CpC) não concorda com esta alteração, defendendo que o mais importante seria a
94 discussão das atas que se encontravam em atraso.

95 Dada a palavra ao Presidente do Executivo, fez um agradecimento ao Centro Social e Paroquial
96 da Pedrulha. Disse também que é importante a participação dos fregueses.

97 Procurando esclarecer a deputada do CpC, informou que se tinha inscrito ainda antes do
98 arranque na reunião, para falar sobre um relevantíssimo comunicado da CDU, estando aí a razão
99 principal da alteração da Ordem de Trabalhos que o Presidente da Mesa entendeu fazer.

100 O Presidente do Executivo comunicou ter disponibilizado ao deputado Gonçalo Almeida vários
101 documentos cuja consulta este solicitou. Não tendo o deputado da CDU levantado quaisquer
102 questões a respeito, foi com surpresa que o Presidente da Junta se viu confrontado com um
103 comunicado enviado à comunicação social e publicado na página oficial de Facebook da CDU
104 com acusações gravíssimas dirigidas ao seu Executivo.

105 Apontando erros grosseiros ao referido comunicado, o Presidente do Executivo começou a
106 prestar esclarecimentos. Disse não haver dois tempos inteiros no Executivo e sim um tempo
107 inteiro e dois meios tempos. Salientou que a ex-deputada de freguesia Sónia Godinho não foi
108 eleita pelo "Somos Coimbra" e sim pelo "Mais Coimbra", correspondendo a sua contratação a
109 uma necessidade efetiva na reestruturação dos serviços. Destacou não perguntar a ninguém que
110 celebra contratos com a União das Freguesias de Coimbra qual é a sua filiação política, só
111 recentemente tendo sabido que a assistente social contratada era afeta ao CDS e que havia
112 concorrido pelo "Mais Coimbra" na freguesia de Ceira. Quanto à contratação da cunhada para
113 as funções de psicóloga, o Presidente da Junta referiu ter-se retirado da sala aquando da decisão
114 do Executivo, não tendo participado da votação feita. Lembrou ainda que tanto a psicóloga
115 como a assistente social são contratadas ao abrigo do programa CEI e custam à União das
116 Freguesias de Coimbra apenas 216 euros mensais. Finalmente, mostrou-se indignado pela
117 afirmação de que iria auferir 5.600 euros caso o Programa PARTIS da Fundação Calouste
118 Gulbenkian atribuisse verbas para a União das Freguesias de Coimbra, dado que os valores
119 apresentados na candidatura são somente representações das horas despendidas com a execução
120 das ações do Programa pelos vários intervenientes.

121 Passada a palavra à representante da CDU, Isabel Mota de Oliveira, esta leu uma declaração
122 (**Anexo 4**), assente em muitos dos pontos já mencionados pelo Presidente da União das
123 Freguesias de Coimbra.

124 Em defesa da honra, o Presidente da União das Freguesias de Coimbra pediu a palavra,
125 mencionando que esta declaração já tinha correções relativamente ao comunicado da CDU à
126 imprensa, persistindo, mesmo assim, declarações falsas.

127 Desde logo, o Sr. José Marques não é proprietário de qualquer empresa que trabalhe para a
128 União das Freguesias de Coimbra. É, isso sim, trabalhador numa empresa que presta serviços à
129 União das Freguesias de Coimbra.

130 Antes de dar a palavra ao deputado Ricardo Barata o Presidente da Assembleia de Freguesia
131 questionou se a intervenção deste estava relacionada com o tema ou se se tratava de um outro
132 assunto. Isto, porque a CDU ainda teria uma moção para ser apresentada.

133 O deputado Ricardo Barata referiu que existe um ditado político adequado ao ponto em questão:
134 "À mulher de César não basta ser séria, é preciso parece-lo". Como tal, independentemente do
135 Presidente da Junta ter estado presente ou não na reunião onde se decidiu a contratação de uma
136 sua familiar, o deputado socialista defende que não a deveriam ter contratado.

137 O deputado Apolino Pereira esclareceu que, de algum modo, o PS se revê no comunicado da
138 CDU, constatando que existiu um conjunto de contratações de pessoas afetas ao PSD para
139 várias posições no funcionalismo da União das Freguesias de Coimbra.

140 O Presidente do Executivo respondeu que todas as contratações mencionadas são situações de
141 carácter provisório e não objeto de contratos de trabalho. Além disso, salientou que os encargos
142 da União das Freguesias de Coimbra com cada uma destas pessoas são apenas de 216 euros
143 mensais, estando todas elas abrangidas por CEI ou CEI+.

144 Mais disse que, enquanto for o Presidente da União das Freguesias de Coimbra, ninguém
145 entrará nos quadros sem concurso público.

146 Quanto à questão das ligações partidárias, o Presidente do Executivo afirmou não perguntar a
147 nenhum candidato à contratação a sua cor política, parecendo-lhe até que tal só pode ser
148 inconstitucional.

149 A deputada Maria Helena Loureiro começou a sua intervenção solicitando ao Presidente da
150 Mesa o melhor controlo possível dos tempos, bem como de comportamentos inapropriados do
151 público e alguns elementos do Executivo. Seguidamente leu um texto do CpC (**Anexo 5**)
152 incidente sobre a mesma temática do apresentado pela CDU.

153 Após partilhar as suas suspeitas sobre a coincidência entre militâncias no PSD e no CDS e
154 contratações, o deputado Nuno Sousa questionou o Presidente do Executivo sobre a justificação
155 para a candidatura “Voar com as Primaveras” ao Programa PARTIS (**Anexo 6**) incluir ações
156 noutras freguesias e até municípios. Desde logo, estranhou a previsão destas ações sem que a
157 Assembleia de Freguesia tenha conhecimento de qualquer protocolo justificativo.

158 Antes de o Presidente da Junta começar a responder, o deputado Nuno Sousa fez ainda uma
159 referência aos pagamentos que a candidatura ao PARTIS parece prever, estranhando se não
160 resultarem efetivos pagamentos da contabilidade ali exposta.

161 Em resposta, o Presidente da Junta identificou o Programa PARTIS 2019/2021 como PARTIS
162 III e a SAMP – Sociedade Artística Musical dos Pousos (Leiria) como vencedora dos PARTIS I
163 e II, dizendo estar na parceria com esta entidade, pela sua experiência e capacidade de trabalho,
164 uma clara mais-valia para a candidatura da UFC.

165 Quanto às contas referidas pelo deputado Nuno Sousa, onde parece haver vários pagamentos a
166 fazer, o Presidente da Junta identificou tratar-se de uma participação em 30% que a União das
167 Freguesias de Coimbra terá para que a Fundação Calouste Gulbenkian participe em 70%.
168 No entanto, esses 30% não correspondem a qualquer transferência de verbas, muito menos para
169 o Presidente da Junta ou funcionários da mesma, contrariamente ao sugerido, sendo apenas uma
170 valorização das horas de trabalho despendidas.

171 Numa nota final da sua intervenção, o Presidente do Executivo transmitiu que a SAMP foi
172 quem sugeriu um ainda maior alargamento da parceria e, havendo alguma preferência da
173 Fundação Calouste Gulbenkian por municípios do interior, foram convidadas entidades dos
174 concelhos da Lousã e Miranda do Corvo.

175 Por sua vez, o deputado Manuel Tovar Vieira saudou a iniciativa da Mesa de fazer a presente
176 sessão na Pedrulha e a participação dos fregueses pedrulhenses. No tocante ao comunicado da
177 CDU, o deputado enalteceu a rapidez e clareza na prestação de esclarecimentos por parte do
178 Executivo. Complementarmente, criticou a CDU por se dirigir à comunicação social sem antes
179 ter recorrido ao fórum mais adequado ao tratamento das questões da União das Freguesias: a
180 Assembleia de Freguesia.

181 Ainda dentro do período Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia anunciou a
182 apresentação de uma moção da CDU visando um aumento das verbas transferidas pelo
183 município para as freguesias (**Anexo 7**). Concedida a palavra, a representante da CDU leu o
184 texto da moção.

185 O Presidente da Junta comprometeu-se a, em caso de aprovação, tentar apresentar a moção na
186 Assembleia Municipal, mas desde logo preveniu para a escassez do tempo que aí costuma ter
187 para intervir.

Al.
Brida

#R

188 A moção da autoria da CDU foi **aprovada com 9 votos a favor** (PSD, SC, CDS, CpC e CDU) e
189 **4 abstenções** (PS).

190 O deputado António Virgílio Mendes apresentou uma declaração de voto oral explicando o
191 porquê do PS se ter absterido. Segundo ele, não pode determinar-se um valor porque o Orçamento
192 para 2019 não está aprovado e, não sabendo os valores que irão ser atribuídos na negociação dos
193 protocolos inter administrativos, o PS só se poderia abster.

194 Passou-se então ao **Ponto 1.1 da Ordem de trabalhos (Apreciação e votação das atas das**
195 **três sessões anteriores)**.

196 A deputada Maria Helena Loureiro usou da palavra, dizendo que só poderia votar e pronunciar-
197 se sobre as **atas n.º 5 e n.º 6 (Anexos 8 e 9)**, uma vez que a **ata n.º 7 (Anexo 10)** é referente a
198 uma reunião onde foi substituída (reunião de 28 de Agosto de 2018). Chamou a atenção da
199 Mesa da Assembleia relativamente a incorreções da ata n.º 5 e introduziu um texto do CpC
200 (**Anexo 11**), lido então e referente a múltiplos problemas com as atas. Finalmente, definiu que
201 iria votar contra as propostas de atas n.º 5 e 6.

202 A deputada e Primeira Secretária Ana Isabel Simões indignou-se e disse que as atas já tinham
203 sido mais que discutidas nas outras sessões. Disse igualmente que a Mesa de Assembleia não
204 tem que seguir um modelo de texto igual ao da Mesa de que fez parte a deputada Maria Helena
205 Loureiro, embora esteja sempre recetiva às correções dos deputados.

206 O Presidente da Assembleia disse que um dos fatores que influenciaram a opinião da deputada
207 Maria Helena Loureiro foi certamente o facto de não ter estado presente na sessão anterior, em
208 que foram tratados diversos assuntos concernentes à elaboração das atas.

209 O deputado Nuno Sousa referiu que tinha lido as atas e que teve dificuldades em percebe-las,
210 aumentando o problema por já ninguém se recordar pormenorizadamente de sessões ocorridas
211 há muito tempo. Posto isto, solicitou um esforço maior na elaboração atempada das atas. Disse
212 ainda estar na ata n.º 4, aprovada anteriormente, uma assinatura digitalizada do Presidente da
213 Assembleia, não tendo tal assinatura valor jurídico. Posteriormente, fez algumas correções que
214 foram alvo de apontamento por parte da Segunda Secretária Mariana Ribeiro. Estas correções
215 passaram a fazer parte da proposta de ata a vir a ser votada.

216 O deputado Apolino Pereira referiu a importância das dificuldades que têm surgido na
217 realização das atas, lembrando que se trata de documentos que virão a ser publicitados e
218 publicados no site institucional. Para melhor compreender o processo de elaboração das atas,
219 quis saber como estão a ser usadas as gravações das Assembleias. Concluiu propondo que a
220 intervenção do público fosse pelo menos antes da discussão das atas n.º 6 e n.º 7.

221 O Presidente da Assembleia respondeu que as gravações são a base da elaboração e os
222 apontamentos que a funcionária Sónia Godinho tira em cada sessão complementam-nas.

223 O deputado Apolino Pereira disse não compreender o porquê de tantos erros, nomeadamente
224 erros gramaticais.

225 Posto à votação o texto da **Ata n.º 5**, deu-se a **aprovação com 10 a favor** (PS, SC, CDS, PSD e
226 CDU) e **1 contra** (CpC). Não participaram nesta votação António Virgílio Mendes, do PS, e
227 Isabel Mota de Oliveira, da CDU, por não terem estado presentes na sessão a que corresponde a
228 ata.

229 Neste momento, o Presidente da Assembleia antecipou o **Ponto 10 (Período de intervenção do**
230 **público)**.

231 Foi então dada a palavra ao público de acordo com a ordem das inscrições.

232 José Manuel Silva cumprimentou todos os presentes, expressou a sua satisfação por estar no
233 Centro Social e Paroquial da Pedrulha, felicitou a UFC e a Assembleia de Freguesia por ter
234 reunido fora da sede e ter ido ao encontro da população. Comentou o documento da CDU,

Alc.
Abreu

AS

- 235 expressando algum incómodo do Movimento a que pertence, o "Somos Coimbra" (SC). Disse
236 mesmo que se tem encontrado um excesso de coincidências em muitas contratações feitas quer
237 em Freguesias quer em Câmaras. Ao que desejou que não houvesse mais coincidências
238 suspeitas no futuro. Finalmente, saudou a moção da CDU solicitando mais financiamento para a
239 UFC, muito na linha de outra anteriormente apresentada pelo SC a nível concelhio.
- 240 Francisco Dias Caetano, residente na Rua 4 de Julho, expressou o seu desapontamento com
241 aquela sessão. Concentrando-se no motivo principal para ter pedido a palavra, informou que
242 entre n.º 52 e o n.º 62 da Rua 4 de Julho há um desnível na faixa de rodagem que faz "apanhar
243 banhos" aos peões quando chove e os carros ali passam. O problema parece poder ser resolvido
244 com um alcatroamento parcial da rua, bastando cobrir o local desnivelado. Complementarmente,
245 o freguês defendeu a colocação de bandas altas na rua identificada, visando a redução da
246 velocidade dos veículos.
- 247 O Presidente do Executivo anunciou ter já conversado com o Presidente da Câmara sobre a
248 colocação lombas na Rua 4 de Julho, até por causa da existência de um parque infantil. O
249 Presidente da Câmara terá respondido que não permitiria mais lombas em Coimbra. O
250 Presidente da Junta sugeriu então a colocação de semáforos limitadores de velocidade mas esta
251 sugestão deverá implicar um custo de 5.000 euros por semáforo. De todo o modo, a
252 responsabilidade não passa pela UFC e sim pela Câmara Municipal de Coimbra.
- 253 Fernando Dias, residente na Rua Vale do Forno, começou por saudar todos os presentes na sala.
254 Referiu que a questão que o trouxe à Assembleia de Freguesia foi a do lixo. Segundo ele, não
255 existem condições para a recolha do lixo na rua onde habita devido à estrada não estar em
256 condições e não haver acessibilidade para as viaturas da Câmara, que são simultaneamente
257 largas e algo frágeis. Nessa conformidade, sugeriu a colocação de contentores do lixo. Num
258 segundo momento, insurgiu-se contra a falta de valetas de escoamento na sua rua. Em terceiro
259 lugar, quis saber a identidade do responsável pela equipa de limpeza da UFC, pois entre o n.º 30
260 e o n.º 24 da Rua Vale do Forno está um terreno vazio mas com dono e onde existe um monte
261 de ervas que se transformaram em palha, sem que nada seja feito. Na sua perspetiva, o
262 responsável das limpezas deverá averiguar a situação.
- 263 O Presidente da União das Freguesias de Coimbra respondeu favoravelmente a uma intenção do
264 freguês Fernando Dias de ver serem realizadas "presidências abertas" em diversos pontos desta
265 união de freguesias. Acrescentou mesmo que o Executivo da Junta fará sessões ordinárias
266 abertas ao público descentralizadas, já tendo isso sido aprovado no seu seio.
- 267 Quanto à responsabilidade pelas limpezas, referiu ser ele próprio o responsável máximo, apesar
268 de ter delegado funções no Secretário e no Primeiro Vogal do Executivo. Vai solicitar solução
269 para a acumulação das ervas e promover a continuação da construção de valetas na rua
270 identificada.
- 271 O Presidente do Executivo passou depois a palavra ao Secretário para uma melhor explicação
272 dos problemas relacionados com a limpeza da Rua Vale do Forno. Segundo o Secretário, Carlos
273 Pinto, foram solicitados pequenos veículos de recolha de lixo à Câmara Municipal para se
274 conseguir fazer eficazmente o despejo dos contentores presentes na zona. No entanto, a Câmara
275 informou que os veículos que poderia disponibilizar estão avariados.
- 276 Arménio Correia, um outro freguês da Pedrulha, fez o elogio da participação cívica e afirmou
277 ser com esse espírito que participa no "Grupo da Pedrulha", um popular espaço do Facebook.
278 Fez algumas sugestões sobre a limpeza das entradas na Pedrulha e propôs criar aí um mural
279 alusivo ao passado industrial da zona. Seguidamente, pediu a supressão de uma inusitada lixeira
280 de monos e a criação de um local para deixar os mesmos. Na sua opinião, a Pedrulha seria
281 beneficiada com a plantação de árvores de pequeno porte e a construção de mais passeios.
- 282 Antero Abreu, igualmente freguês da Pedrulha, cumprimentou todos os presentes mas referiu ter
283 ficado triste com o princípio da sessão. Na sequência, mencionou o ditado popular "Quem não

284 quer ser lobo, não lhe veste a pele". Queria dizer com isto que quando se contratam pessoas ou
285 empresas para trabalhar numa instituição e há ligações familiares entre as partes, isso trás
286 sempre natural suspeição. Para Antero Abreu, são muitas as artérias da Pedrulha mal cuidadas.
287 A Urbanização de São Simão pode ser o exemplo de uma autêntica vergonha. O freguês
288 assinalou também que o caminho para o Cemitério da Pedrulha está cheio de precários
289 remendos e passeios com silvas, pedindo ao Executivo da UFC que interceda junto da Câmara
290 Municipal de Coimbra.

291 O Presidente do Executivo começou a responder aos dois últimos fregueses dizendo que já tinha
292 sido solicitada uma reunião com a Vereadora da Cultura sobre a realização de um mural como o
293 proposto. Mais disse que, em terrenos privados, os órgãos da UFC nunca poderiam intervir.
294 Quanto à colocação de árvores, mesmo de pequeno porte, o Presidente da Junta contactou
295 anteriormente a Divisão de Espaços Verdes da Câmara Municipal e foi informado que esta não
296 autoriza tais colocações seja em que ponto for da União das Freguesias de Coimbra.

297 A deputada Maria Helena Loureiro propôs que se promovesse uma maior formação cívica dos
298 funcionários de rua da UFC, invocando um episódio sucedido no dia 26 de Setembro de 2018,
299 na Rua António Vasconcelos, em que uma carrinha da UFC esteve parada mais de 10 minutos a
300 bloquear o trânsito numa hora de muito movimento.

301 O Presidente do Executivo disse que se procura dar o máximo de orientação aos funcionários.

302 Em jeito já de encerramento da reunião, dado estar-se perto da meia-noite, o Presidente da
303 Assembleia agradeceu a todos os presentes a presença, a paciência e a participação. Não
304 conseguindo concluir a Ordem de trabalhos, marcou uma outra reunião de Assembleia para 9 de
305 Outubro de 2018.

306 A reunião decorrida no Centro Social e Paroquial da Pedrulha foi dada como encerrada às 00:06
307 (meia noite e seis minutos).

308

309

310 A reunião de 9 de Outubro de 2018 teve início às 21:10 minutos.

311 O Presidente da Assembleia começou-a com o anúncio das substituições pedidas. A Segunda
312 Secretária da Mesa Mariana Alexandra Miranda Ribeiro foi substituída, enquanto representante
313 do Grupo de Cidadãos Eleitores "Somos Coimbra" na sessão, por Arnaldo Antunes Palma. Na
314 CDU – Coligação Democrática Unitária, Gonçalo José Mourão de Almeida foi substituído por
315 Isabel Cristina da Cruz Mota de Oliveira. Na bancada do PPD/PSD, Jovino Augusto Armada
316 Lourenço da Chão foi substituído por Inês Pinto dos Santos Parada da Costa. Finalmente, no PS,
317 Carla Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de Freitas foi substituída por António Virgílio
318 Mendes.

319 Seguiu-se o espaço para a discussão e votação da **Ata n.º 6**.

320 O deputado Nuno Sousa sugeriu várias alterações de forma e conteúdo à ata, nomeadamente nas
321 linhas 109, 117, 124, 135, 150, 155, 158, 235, 236, 247 e 248, tendo todas sido aceites.

322 O deputado Ricardo Barata, considerando o texto muito redutor, propôs alterações nas linhas
323 155 a 158.

324 A deputada Maria Helena Loureiro chamou a atenção para a linha 231, onde um dos seus nomes
325 estava iniciado com minúscula, suscitando uma modificação.

326 Passando-se à votação da proposta de **Ata n.º 6/2018**, já com as alterações sugeridas, foi
327 **aprovada com 9 votos a favor** (Maria do Carmo Ferreira, Manuel Tovar Vieira, Hugo Valente
328 Abreu, Apolino Pereira, Nuno Sousa, Ricardo Barata, António Virgílio Mendes, Afonso
329 Madeira e Ana Isabel Simões) e **1 Contra** (Maria Helena Loureiro). Arnaldo Antunes Palma e
330 Isabel Cristina da Cruz Mota de Oliveira não votaram por não terem estado presentes na sessão

Ata
Dinheiro
R

331 a que respeita a ata. A representante do PSD Inês Costa ainda não tinha chegado nessa fase da
332 reunião.

333 Após isto, o Presidente da Assembleia colocou também a discussão e votação a proposta de **Ata**
334 **n.º 7**. Ele próprio sugeriu uma alteração nas linhas 216 e 242.

335 O deputado Nuno Sousa sugeriu alterações igualmente nas linhas 73, 74, 128, 129, 156, 157,
336 201, 237, 238 e 239.

337 O Presidente da Assembleia aproveitou para agradecer ao deputado Nuno Sousa o espírito
338 construtivo e a sua habitual diligência em relação às atas.

339 Passados à votação do texto da **Ata n.º 7/2018** com inclusão de todas as alterações propostas,
340 este foi **aprovado com 8 votos a favor** (Maria do Carmo Ferreira, Manuel Tovar Vieira, Hugo
341 Valente Abreu, Apolino Pereira, Nuno Sousa, Ricardo Barata, Afonso Madeira e Ana Isabel
342 Simões) e **sem votos contra**. Inês Costa, António Virgílio Mendes, Arnaldo Antunes Palma,
343 Maria Helena Dias Loureiro e Isabel Cristina da Cruz Mota de Oliveira não votaram por não
344 terem participado na sessão a que respeita a ata.

345 O deputado Apolino Pereira disse, mesmo identificando o risco de ser repetitivo, que lhe parece
346 que algo continua a não estar bem na elaboração das propostas de atas. Dá-lhe inclusive ideia
347 que não são lidas antes de virem à Assembleia. Depois, perde-se muito tempo em torno da
348 discussão das atas. Disse ainda que outra ideia que fica é a de que o sistema de gravações não
349 está a ser devidamente utilizado. Concluindo, defendeu que a ata da sessão a decorrer esteja
350 impreterivelmente a votos na próxima sessão.

351 O Presidente da Assembleia lembrou que as últimas 5 atas que foram votadas eram inicialmente
352 para ter sido elaboradas pelo funcionalismo da UFC, acabando a execução por recair na Mesa da
353 Assembleia com somente 1 mês para trabalhar sobre elas, que são 5 mas correspondentes a 6
354 reuniões, cada uma de 3 horas. Disse ainda que havia certamente algumas falhas, pois todos
355 falhamos, e especialmente em atividades realizadas no fim dos dias de trabalho, com cansaço
356 acumulado a acrescer a uma inegável inexperiência. Há é que ir sempre tentando errar cada vez
357 menos.

358 O Presidente da Assembleia deu então início ao **Ponto 2 (Apresentação, discussão e votação**
359 **do início dos procedimentos administrativo-legais aplicáveis a cada uma das lojas do**
360 **Mercado do Calhabé, conforme estão previstos no Regulamento Municipal de Mercados**
361 **Municipais do Concelho de Coimbra)**, lamentando o advogado da União das Freguesias de
362 Coimbra não estar presente, uma vez que poderia esclarecer um pouco melhor alguns aspetos
363 relativos a este ponto e inseridos no documento distribuído (**Anexo 12**).

364 Em consonância com a ideia, o Presidente do Executivo transmitiu estar o advogado a caminho.
365 Acrescentou que, tratando-se de um protocolo entre a Câmara e a UFC, tudo o que respeite a
366 este o protocolo tem que passar pelos órgãos da União das Freguesias de Coimbra.

367 O Presidente da Mesa da Assembleia sentiu-se esclarecido e deu a palavra ao deputado Nuno
368 Sousa.

369 O deputado Nuno Sousa disse ter em sua posse disposições jurídicas conflitantes. Referiu
370 então que a comunicação que lhe foi feita chegar se baseava num regulamento municipal dos
371 mercados de 2004, aparentemente revogado por um outro regulamento, datado de 2016.

372 O Presidente da Assembleia propôs aguardar pelo advogado da UFC para se continuar a discutir
373 o presente ponto, passando-se, para já, aos pontos 3 e 4.

374 O Presidente do executivo discordou, lembrando a urgência no início dos procedimentos
375 administrativo-legais em equação.

376 Pedida a palavra, o deputado Ricardo Barata solicitou ao Executivo uma cópia de todos os
377 protocolos existentes neste âmbito antes de se pronunciar.

378 Para o Presidente da Junta não seria necessária cópia de qualquer protocolo para se votar este
379 ponto.

380 A representante da CDU, Isabel Mota de Oliveira, disse que o Executivo deveria tomar as
381 medidas que acha necessárias sem precisar da Assembleia para decidir o assunto em causa.

382 O deputado Apolino Pereira disse que o que está em causa é a exploração de espaços pela Junta
383 e não pela Assembleia, sendo descabida qualquer decisão desta última.

384 Chegado à sessão o Dr. Ricardo Dias, advogado da UFC, esclareceu ter ele próprio dúvidas
385 sobre a necessidade de pronúncia da Assembleia mas ser seu parecer que as matérias
386 relacionadas com protocolos e relações externas da Junta terão sempre que ser consideradas de
387 relevo para a atividade da Assembleia.

388 A deputada Maria Helena Loureiro pretendeu saber o que sucederia se a Assembleia votasse
389 maioritariamente de um modo negativo, para apurar até que ponto as decisões dos deputados
390 têm consequências nesta matéria.

391 Ricardo Dias respondeu que, se for chumbada a proposta que redigiu, haverá responsabilidades
392 políticas pelo chumbo.

393 O Presidente do Executivo esclareceu estar a tratar-se do mercado do Calhabé como um todo,
394 não sendo um problema de uma loja. Ricardo Dias achou este aspeto relevante na
395 fundamentação de trazer o assunto à Assembleia.

396 O deputado António Virgílio Mendes questionou se não competia apenas à Junta propor as
397 diligências, estando na esfera da Câmara Municipal a execução dessas diligências.

398 O advogado Ricardo Dias, genericamente, concordou com a ideia.

399 O deputado Apolino Pereira questionou então se estava previsto um regime sancionatório no
400 protocolo entre a Câmara Municipal de Coimbra e a União das Freguesias de Coimbra.

401 O advogado da UFC respondeu que o Regulamento dos Mercados Municipais é que tem um
402 regime sancionatório previsto.

403 O deputado Nuno Sousa informou que, tratando-se aqui de uma decisão de carácter meramente
404 executivo, não iria votar este ponto.

405 O deputado Apolino Pereira, dirigindo-se à Mesa, declarou que a decisão de o documento ir a
406 votação é da responsabilidade do Presidente da Assembleia mas a bancada do PS não votará
407 este ponto.

408 O Presidente da Assembleia deu início à votação, que **aprovou** o ponto com **7 votos a favor**
409 (PSD, CDS-PP e SC) e **2 abstenções** (CDU e CpC). A bancada do PS não votou.

410 O Presidente da Assembleia deu início à discussão do **Ponto 3 (Primeira reunião da Comissão**
411 **da Assembleia de Diagnóstico e Ação Social)**.

412 Ele próprio referiu que foram tratados diversos assuntos para além da estrita ordem de trabalho,
413 porém o primeiro aspeto a ter em conta teria que ser a composição desta comissão.

414 Relativamente à composição, logo, na sessão da Assembleia de Freguesia que ocorreu na
415 Delegação da Almedina ficou decidido que cada força política faria chegar ao Presidente da
416 Assembleia quem seriam os respetivos representantes.

417 Nestes termos, resultaria uma Comissão da Assembleia de Diagnóstico e Ação Social composta
418 pelas seguintes pessoas: Hugo António Valente Abreu (PSD), Carla Alexandra Ribeiro da Silva
419 Azevedo de Freitas (PS), Mariana Alexandra Miranda Ribeiro (SC), Maria Irene Godinho
420 Ferreira Lencastre de Campos (CDS-PP), Maria Helena Dias Loureiro (CpC) e Gonçalo José
421 Mourão de Almeida (CDU).

- 422 O Presidente da Assembleia optou por estar presente nesta comissão como observador,
423 ajudando nos aspetos mais relacionados com a logística.
- 424 O CDS-PP, por seu lado, optou por não se fazer representar pela deputada eleita.
- 425 Questionada a Assembleia sobre se alguém se oporia a ser Maria Irene Godinho Ferreira
426 Lencastre de Campos a pertencer à comissão pelo CDS-PP, seguiu-se para votação.
- 427 No entanto, isto não sucedeu sem que antes a deputada Ana Isabel Simões (CDS-PP) se
428 retirasse de participar, conforme lhe pareceu impor a sua filiação partidária e a participação na
429 escolha de Maria Irene Lencastre de Campos.
- 430 O deputado Apolino Pereira questionou o que se ia votar. A seu ver, estando a pessoa
431 selecionada na lista não seria necessário votar.
- 432 Mesmo assim, o Presidente da Assembleia anunciou a votação, que aprovou a inclusão de Maria
433 Irene Lencastre de Campos com **11 votos a favor** (PS, PSD, SC e CpC) e **1 abstenção** (CDU).
- 434 Passando para a questão da coordenação da Comissão, o Presidente da Mesa comunicou ao
435 plenário ter proposto o nome da deputada Socialista Carla Ribeiro Freitas.
- 436 Comunicou igualmente a recusa desta em aceitar o cargo, baseando-se na pouca disponibilidade
437 de tempo que possui e numa posição de princípio da sua bancada de não aceitar nenhuma
438 responsabilidade neste quadriénio para além das de deputados.
- 439 Por sugestão do deputado Hugo Valente Abreu, ficou decidido continuar a tratar o assunto da
440 coordenação dentro das reuniões da Comissão.
- 441 Seguidamente, o representante socialista António Virgílio Mendes questionou o Presidente da
442 Assembleia sobre a periodicidade com que as comissões prestariam informações,
443 nomeadamente aos deputados de freguesia.
- 444 O Presidente da Assembleia respondeu que se havia decidido nas reuniões das comissões prestar
445 o máximo de informações possível sobre as atividades respetivas, inclusive através de diversos
446 meios, prevendo-se ainda relatórios detalhados dirigidos ao plenário da Assembleia com uma
447 periodicidade semestral.
- 448 Colocada à votação a proposta surgida no interior da Comissão da Assembleia de Diagnóstico e
449 Ação Social de esta ter um carácter permanente, ou seja existir tendencialmente até a tomada de
450 posse de uma nova Assembleia, a proposta foi **aprovada por unanimidade**.
- 451 Só verificando-se uma inutilidade em ocasião futura poderá extinguir-se a comissão em causa.
- 452 Seguidamente, o Presidente da Assembleia anunciou a decisão dos membros desta comissão de
453 atribuir voto de qualidade ao coordenador.
- 454 Na continuação, o Presidente da Assembleia indicou que o deputado Gonçalo Almeida propôs
455 solicitar a presença da Dr.^a Ana Isabel Madeira Simões (Assistente Social da União das
456 Freguesias de Coimbra) nas reuniões ou, pelo menos, em algumas delas, tendo conhecido
457 imediatamente a concordância dos outros membros da Comissão de Diagnóstico e Ação Social.
- 458 O Presidente do Executivo afirmou que não seria problemática essa presença dentro do horário
459 de trabalho da assistente social da UFC. Já fora do horário de trabalho, esta poderia rejeitar estar
460 presente. Por outro lado, chamou a atenção para o carácter político das comissões da
461 Assembleia, pouco conforme com a participação de uma funcionária ou colaboradora.
- 462 Porém, o Presidente do Executivo mostrou total disponibilidade para encaminhar para a
463 assistente social da UFC todos os convites que a Comissão da Assembleia de Diagnóstico e
464 Ação Social lhe entender fazer.
- 465 Antes de se passar ao ponto seguinte, o Presidente da Mesa tornou mais clara a nomeação para
466 secretariar esta comissão do deputado Hugo Valente Abreu.

- 467 Entrou-se então no **Ponto 4 (Primeira reunião da Comissão da Assembleia sobre Comércio**
468 **Local e Outras Atividades Económicas de Relevância na União das Freguesias)**.
- 469 O Presidente da Assembleia comunicou ter proposto o deputado Manuel Tovar Vieira para
470 coordenador desta comissão e que este aceitou que o seu nome fosse ponderado.
- 471 Nesta conformidade, passou-se a votar a designação de Manuel Tovar Vieira para coordenador
472 da Comissão de Comércio Local e Outras Atividades Económicas de Relevância. O resultado foi a
473 **aprovação com 10 votos a favor** (Maria do Carmo Ferreira, Hugo Valente Abreu, Inês Costa,
474 Apolino Pereira, Nuno Sousa, Ricardo Barata, António Virgílio Mendes, Afonso Madeira,
475 Arnaldo Palma e Maria Helena Loureiro) e **1 abstenção** (Isabel Mota de Oliveira). Manuel
476 Tovar Vieira (PSD) e Ana Isabel Simões (CDS-PP) não votaram.
- 477 Logo de imediato, estando em causa uma decisão muito idêntica à já tomada para a outra
478 comissão, procedeu-se à ratificação do carácter permanente da Comissão de Comércio Local e
479 Outras Atividades Económicas de Relevância. Houve **aprovação com 11 votos a favor** (Maria do
480 Carmo Ferreira, Manuel Tovar Vieira, Hugo Valente Abreu, Inês Costa, Apolino Pereira, Nuno
481 Sousa, Ricardo Barata, Afonso Madeira, Arnaldo Palma, Maria Helena Loureiro e Isabel Mota
482 de Oliveira) e **1 abstenção** (António Virgílio Mendes). Ana Isabel Simões (CDS-PP) não votou.
- 483 Após este momento, o Presidente da Mesa fez um breve sumário de vários assuntos tratados na
484 primeira reunião da Comissão de Comércio Local e Outras Atividades Económicas, salientando
485 haver uma diversidade de atividades económicas relevante dentro da área geográfica da UFC e o
486 comércio local ser muito identificado com a Baixa e estar a sofrer com a fama de falta de
487 segurança daquela zona.
- 488 Anunciou também ter-se pensado em convidar várias pessoas e entidades a estar presentes em
489 reuniões, começando pelo Executivo da UFC e seguindo, logo de imediato, para uma oscultação
490 da Associação para a Promoção da Baixa de Coimbra (APBC).
- 491 O deputado Manuel Tovar Vieira pediu a palavra para corroborar algumas declarações do
492 Presidente da Mesa, valorizar a forma como decorreu a reunião mencionada e esclarecer que
493 esta foi sobretudo importante para a identificação de problemas que serão alvo de posteriores
494 análises e propostas de solução.
- 495 Deu-se depois início ao tratamento conjunto do **Ponto 5 (Discussão e aprovação do protocolo**
496 **com a Fundação Portuguesa de Cardiologia/Delegação de Centro – Anexo 13)**, **Ponto 6**
497 **(Discussão e aprovação do protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra –**
498 **Anexo 14)** e **Ponto 7 (Discussão e aprovação do protocolo com o Banco de Livros Escolares**
499 **de Coimbra – Anexo 15)**.
- 500 O primeiro a pronunciar-se foi o representante socialista Ricardo Barata, que leu uma
501 declaração (**Anexo 16**). Em nome do princípio da legalidade e propondo-se defender os
502 procedimentos adequados à validação de acordos entre autarquias e outras entidades, o deputado
503 comprometeu-se imediatamente a fazer chegar à Mesa a declaração lida.
- 504 O Presidente da Junta, quanto aos pontos 5 e 6, disse apenas ter promovido a vinda à
505 Assembleia dos protocolos, dando até cumprimento a solicitações reiteradas da CDU e do CpC.
506 A haver ilegalidades, terão que ser os tribunais a pronunciar-se.
- 507 Para o deputado Ricardo Barata está-se num local adequado para levantar a questão da
508 ilegalidade dos protocolos agora em discussão.
- 509 Por seu lado, o Presidente da Junta pensa que o deputado pretende criar problemas onde não os
510 há. Estariam em causa meras questões de semântica.
- 511 O deputado Ricardo Barata insurgiu-se, afirmando que o cumprimento do estabelecido em Lei
512 não é uma questão de semântica.

513 Neste momento, o Presidente da Assembleia quis saber por que motivo as instalações já cedidas
514 à Fundação Portuguesa de Cardiologia e à Escola Superior de Enfermagem têm estado quase
515 permanentemente encerradas. Desde logo, pretendeu apurar se isso seria devido aos protocolos
516 com as duas instituições ainda não terem tido a ratificação da Assembleia de Freguesia ou a
517 qualquer outro motivo.

518 O Presidente da UFC respondeu tratar-se de situações em que não há horários estabelecidos mas
519 em que tem havido uma entrega ao trabalho assinalável. Aproveitou para referir a participação
520 da Fundação Portuguesa de Cardiologia em eventos como o “Cãotigo”.

521 Antes de passar a palavra à deputada Maria Helena Loureiro, o Presidente da Assembleia não
522 quis deixar de dar os parabéns ao Executivo pela realização do evento “Cãotigo”.

523 A representante do CpC pronunciou-se no sentido de ser ouvido o advogado da União das
524 Freguesias de Coimbra sobre a alegação de ilegalidades feita pelo deputado Ricardo Barata.
525 Questionou mesmo se havia ilegalidade na cronologia dos processos dos protocolos e um vício
526 especialmente gravoso no protocolo com a BLEC.

527 Após assentir com um sinal de cabeça, o Dr. Ricardo Dias disse que o que estava ali em causa,
528 com a tentativa de ratificação dos protocolos pela Assembleia, era justamente trazer para a
529 legalidade algo que anteriormente não era legal. Nesse sentido, o causídico indicou
530 compreender interpretações da Lei feitas pelo deputado Ricardo Barata e admitir até que
531 pudessem estar corretas.

532 Na votação do **Ponto 5**, o resultado foi de **7 votos a favor** (Maria do Carmo Ferreira, Manuel
533 Tovar Vieira, Hugo Valente Abreu, Inês Costa, Afonso Madeira, Arnaldo Palma e Ana Isabel
534 Simões), **2 votos contra** (Ricardo Barata e António Virgílio Mendes) e **4 abstenções** (Apolino
535 Pereira, Nuno Sousa, Maria Helena Loureiro e Isabel Mota de Oliveira), havendo **aprovação**.

536 Quanto à votação do **Ponto 6**, o resultado foi de **7 votos a favor** (Maria do Carmo Ferreira,
537 Manuel Tovar Vieira, Hugo Valente Abreu, Inês Costa, Afonso Madeira, Arnaldo Palma e Ana
538 Isabel Simões), **1 voto contra** (Ricardo Barata) e **5 abstenções** (Apolino Pereira, Nuno Sousa,
539 António Virgílio Mendes, Maria Helena Loureiro e Isabel Mota de Oliveira), havendo outra
540 **aprovação**.

541 Finalmente, no tocante ao **Ponto 7**, o resultado foi de **12 votos a favor e 1 voto contra** (Ricardo
542 Barata), havendo igualmente **aprovação**. A deputada Maria Helena Loureiro pediu
543 esclarecimento ao advogado da UFC sobre se o protocolo com a BLEC era totalmente novo
544 antes de decidir o seu voto sobre ele.

545 As deputadas Maria Helena Loureiro e Isabel Mota de Oliveira justificaram as suas abstenções
546 nos pontos 5 e 6 por não terem considerado suficientemente afastadas as dúvidas sobre as
547 respetivas ilegalidades. Ambas as deputadas, bem como o deputado António Virgílio Mendes,
548 enalteceram inclusive os serviços prestados e o valor institucional da Fundação Portuguesa de
549 Cardiologia e da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

550 Por seu lado, o deputado Ricardo Barata justificou os seus votos sobre os protocolos com a sua
551 condição de jurista e a repulsa que sente pelas violações do Estado de Direito Democrático
552 (**Anexo 17**).

553 O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para que este
554 apresentasse o **Ponto 8 (Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União das**
555 **Freguesias de Coimbra acerca da atividade desta, bem como da situação financeira atual**
556 **da União)**, tendo-o ele feito com base nos documentos escritos distribuídos (**Anexos 18 e 19**).

557 O deputado Nuno Sousa reconheceu que os relatórios apresentados pelo Presidente da UFC são
558 bastante mais extensos que os do antecessor. Porém, solicitou que o elencar das atividades
559 passa-se a ser acompanhado de informação mais detalhada, seguindo um repto já lançado
560 também ao anterior Presidente da UFC por alguns deputados.

561 Esta pretensão do deputado Nuno Sousa foi apoiada pela deputada do CpC, Maria Helena
562 Loureiro.

563 Em resposta, o Presidente da Junta esclareceu ter optado por formulações sucintas por se tratar
564 quase só de assuntos e atividades já ali anteriormente explicados. Não obstante, apresentou a sua
565 disponibilidade para mais esclarecimentos e fez questão de agradecer as sugestões.

566 O **Ponto 9 (Outros assuntos de interesse à União de Freguesias)** iniciou-se com uma
567 interpelação ao Presidente do Executivo pela Primeira Secretária da Mesa, Ana Isabel Simões
568 gostaria de saber se já houve algum desenvolvimento relativamente à reabertura da Escola e do
569 Jardim de Infância da Pedrulha.

570 O Presidente do Executivo respondeu à Primeira Secretária ter solicitado respostas à Câmara e
571 tê-lo mesmo feito por escrito, tendo aquela autarquia respondido com uma chamada telefónica
572 onde pouco foi adiantado. Para melhor esclarecimento do assunto, o Presidente do Executivo
573 contactou igualmente a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e leu um
574 documento proveniente dela (**Anexo 20**) onde se procura explicar a causa de não ter sequer
575 havido a abertura das candidaturas para 2018/2019.

576 O deputado Ricardo Barata alertou o Executivo para uma situação na Urbanização Jardins do
577 Mondego. Um dos edifícios está a albergar muitos sem abrigo e entre estes existe um indivíduo
578 com problemas mentais que queima e arremessa papéis susceptíveis de provocar incêndios uma
579 vez caídos nas ervas secas que por ali abundam.

580 O Presidente da Junta respondeu ao deputado dizendo que já tinha falado com as entidades
581 competentes sobre a existência de fogueiras feitas pelos sem abrigos aí a pernoitar. Disse
582 também que iria encaminhar o caso para a assistente social da UFC.

583 A deputada Maria Helena Loureiro transmitiu uma queixa / denúncia chegada ao CpC. Uma
584 freguesa tirou fotografias da Rua Figueira da Foz mostrando passeios inconcebivelmente
585 desnivelados, pretendendo que algo seja feito.

586 Um outro assunto referido pela deputada foi a intervenção de José Manuel Silva, líder do
587 "Somos Coimbra" (SC), na reunião da Pedrulha, deixando no ar a ideia de que o SC iria fazer
588 uma reavaliação política do acordo de cooperação que mantém com o Executivo da UFC.
589 Essencialmente, gostaria de saber se os eleitos do SC já têm algum avanço a comunicar sobre a
590 situação.

591 O Presidente da Assembleia respondeu que ele e a Segunda Secretária da Mesa ainda não se
592 tinham reunido com a Direcção do SC. Todavia, já teria havido uma reunião exploratória entre
593 essa Direcção e o Vogal do Executivo da UFC Manuel Lobão.

594 O deputado Apolino Pereira referiu ter pedido ao Executivo um esclarecimento sobre a Escola
595 da Pedrulha já por duas vezes e não ter obtido resposta. Aproveitou para solicitar ao Presidente
596 da Junta toda a documentação existente relativamente à Escola da Pedrulha.

597 O próprio Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente do Executivo que ele ou o
598 secretariado lhe enviem a troca de e-mails entre a DGEstE e a UFC.

599 Relativamente ao **Ponto 10 (Período de intervenção do público)**, ficou vazio devido à
600 inexistência de inscrições para esta segunda reunião da sessão.

601 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou
602 a presente ata, a qual, uma vez aprovada, vai a assinar pelo Presidente e Secretárias da Mesa.

Afonso Miguel de Freitas Tavares Martins
Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões
Návarro Alexandra Mariana Resício